

TRABALHO PRECÁRIO

# Receita menor impede investimento

BRUNO ROSA

Da mesma forma que o faturamento das unidades informais caiu em 2003 em relação a 1997, o investimento em equipamentos, por exemplo, feito pelos pequenos empreendedores também encolheu. Passou de R\$ 5.853 para R\$ 4.373. Os profissionais que trabalham por conta própria foram os que mais sentiram o recuo. Entre eles, caiu pela metade, passando de R\$ 4.493 para R\$ 2.951. Entre os empregadores, o tombo foi de R\$ 9.902 para R\$ 8.797 no mesmo período.

O investimento menor pode ser explicado pela baixa oferta de crédito. Em 2003, apenas 5% dos trabalhadores por conta própria recorriam a bancos em busca de empréstimos. Entre os pequenos empregadores, o índice chegou a 13%.

A redução do investimento teve como objetivo o corte de despesas, que caíram de R\$ 1.666, em 1997, para R\$ 1.326, em 2003. Uma consequência do baixo investimento é a baixa informatização. Cerca de 88% das empresas não utilizavam computadores para o desenvolvimento do negócio porque o custo era considerado elevado.

A receita menor levou as empresas a diminuir todos os custos, como informática, planos de saúde e previdência. Sem esses ajustes, a queda no lucro poderia ser maior – afirma Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

Ainda assim, o total de unidades lucrativas caiu de 93% em 1997 para 73% em 2003. E as que conseguiram fechar no azul também viram a cifra cair. O lucro médio das empresas que obtiveram resultado positivo foi de R\$ 911 em 2003, queda de 6,9% em relação aos R\$ 979 verificados em 1997. Lucros lucrativos caiu de 55%



**GLÁUCIA** produz e vende trufas há 8 anos. Com receita mensal de R\$ 2 mil por mês, não busca crédito em bancos

## Economia informal em cifras



A fábrica de plásticos Marabei, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, reflete os dados captados na pesquisa do IBGE.

– Tenho três funcionários e um computador. As despesas são altas. E é difícil pegar em-

préstimos em bancos porque eles acham que eu sou um cliente de alto risco – afirma o microempresário João Ladeira do Couto Rodrigues.

A empresa de João ilustra a dificuldade das pequenas em-

presas no acesso aos serviços financeiros. O IBGE verificou que 40% não tinham conta corrente. Do total, 32% têm sequer direito a talão de cheque. E só 10% dos pequenos empresários possuíam seguro de vida e plano de saúde.

– Alguns serviços ainda são vistos como artigo de luxo. Em 2003, percebe-se que os serviços mais básicos ainda não chegaram aos mais pobres – endossa Neri.

O menor acesso ao crédito impacta no valor das dívidas, segundo os especialistas. Quem mais sentiu o peso das dívidas foram os trabalhadores por conta própria. Os autônomos endividados passaram de 15%, em 1997, para 16%, em 2003.

A pesquisa verificou, ainda, que os trabalhadores por conta própria são os mais distantes da formalidade. A falta de licença municipal entre 1997 e 2003 pulou de 72% para 81% dos trabalhadores. Entre os empreendedores, a alta foi de 31% para 48%.

– Esses tributos represen-

tam um alto custo para os informais, eles não quiseram ter mais despesas e por isso não tentaram se regularizar. O apetite do Leão entre 1997 e 2003 aumentou, passou de 29% para 36% (do PIB) – lembra Neri.

Trabalhando por conta própria, Gláucia Cordeiro de Carvalho produz e vende trufas desde 1997. Para poupar custos, ela mesma faz as entregas de bicicleta. Sua propaganda é na base do boca-a-boca. Antes, ela trabalhava no comércio formal.

– Não tenho nenhum tipo de licença. Acho que não precisa. O que dá mais lucro é a venda para festas. A venda em atacado exige um preço muito baixo, que não compensa o investimento. Nunca recorri a bancos – afirma Gláucia, lembrando que fatura R\$ 2 mil nos meses que possuem datas comemorativas.

Os informais preferem vender à vista. Dos trabalhadores por conta própria, 46% aceitam apenas dinheiro ou cheque como pagamento.

Colaborou Marina Ramalho  
Fatura R\$ 2 mil nos meses que